



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

**RECURSO DE AGRAVO Nº 196635-6/01**

**AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO**

**AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO**

**ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL**

**EMENTA - PROCESSUAL CIVIL. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO. TRATAMENTO MÉDICO. SÚMULA 18 DO TJPE. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. PRECEDENTES UNÂNIMES NOS TRIBUNAIS. RECURSO IMPROVIDO À UNANIMIDADE.**

- 1- Preliminares de nulidade da decisão em face de prevenção; de ocorrência de julgamento *extra petita*; de inadequação da via eleita e de ilegitimidade do ministério público para a propositura da ação e de ausência de citação de litisconsortes passivos necessários e consequente incompetência absoluta do juízo não acolhidas.
- 2- Constata-se a interposição de Recurso de Agravo contra decisão terminativa monocrática que negou seguimento a Apelação Cível.
- 3- A mera repetição dos enredos outrora analisados, sem fato novo relevante associado a simples rediscussão da matéria, foge a alçada do recurso intentado, a jurisprudência é uníssona não albergando a recorribilidade das decisões já analisadas em peças anteriores, manifesta-se neste sentido tanto o Tribunal local como os Tribunais Superiores.
- 4- Entendimento pacificado na Súmula 18 deste Tribunal de Justiça.
- 5- Recurso de agravo conhecido e improvido à unanimidade.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo nº 0196635-6/01, figurando como agravantes o ESTADO DE PERNAMBUCO e como agravado o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO; acordam os Desembargadores que compõem a SÉTIMA CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao presente recurso de agravo, tudo conforme o relatório, votos e notas taquigráficas anexos, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 26/01/2010

Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO  
Relator / Presidente -



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

**RECURSO DE AGRAVO Nº 196635-6/01**

**AGRAVANTE:** ESTADO DE PERNAMBUCO

**AGRAVADO:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**RELATOR:** DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

**ÓRGÃO JULGADOR:** SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

**RELATÓRIO**

O Estado de Pernambuco ingressou em juízo com Recurso de Agravo de Decisão Terminativa Monocrática prolatada na Apelação Cível nº 196635-6, que, com fundamento no artigo 557, *caput*, do CPC, negou-lhe seguimento.

Aduziu o Agravante a nulidade da decisão agravada, em face de prevenção do Exmo. Desembargador Fernando Cerqueira Norberto dos Santos, que decidiu o Agravo de Instrumento de nº 171070-9. Ademais, alegou o não cabimento de Decisão Terminativa Monocrática; o julgamento *extra petita* pelo juízo *a quo*; a inadequação da via eleita e a ilegitimidade ativa do Ministério Público.

Nesta esteira, requereu o Agravante o chamamento do feito à ordem para o reconhecimento de nulidade da decisão agravada, ou, em assim não entendendo, pediu a reforma da decisão agravada para que fosse dado seguimento à apelação, com a declaração da extinção do processo sem julgamento do mérito ou julgamento improcedente da apelação. Ao final, em caso do não atendimento de seus pleitos, pugnou pela submissão do presente recurso ao julgamento da Douta Câmara Julgadora.

É o relatório.

Recife,

26/01/2012

**DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO**  
Relator



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

**RECURSO DE AGRAVO Nº 196635-6/01**

**AGRAVANTE:** ESTADO DE PERNAMBUCO

**AGRAVADO:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**RELATOR:** DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

**ÓRGÃO JULGADOR:** SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

### **1. PRELIMINAR DE NULIDADE DA DECISÃO EM FACE DE PREVENÇÃO.**

No tocante à alegação da nulidade da decisão agravada, em face de prevenção do Exmo. Desembargador Fernando Cerqueira Norberto dos Santos, que decidiu o Agravo de Instrumento de nº 171070-9, observei, em consulta ao Sistema de Informática deste Tribunal, JUDWIN - 2º grau, que o Agravo de Instrumento de nº 171070-9 foi objeto de Recurso de Agravo, o qual transitou em julgado em 29/06/2009.

Como a Apelação Cível objeto deste Recurso de Agravo foi distribuída em 04/09/2009, não há que se falar em nulidade por prevenção, posto que não havia mais recurso pendente para julgamento. Este tribunal já se manifestou acerca da prevenção, conforme julgamento transposto a seguir:

*Ementa PROCESSO CIVIL. REGIMENTO INTERNO. PREVENÇÃO. INOCORRÊNCIA. APELAÇÃO. DUPLO EFEITO. ALIMENTOS. NÃO CABIMENTO. 1. A prevenção do relator cinge-se aos recursos pendentes de julgamento (art. 67-B do Regimento Interno do TJPE), o que, in casu, não ocorreu. 2. Em sendo a condenação de natureza alimentar, a apelação deve ser recebida somente no efeito devolutivo, por se amoldar à hipótese excepcional transcrita no art. 520, II, do CPC. 3. À unanimidade, negou-se provimento ao recurso de agravo.*

*(Recurso de Agravo Número do Acórdão 172212-1/01 Comarca Recife Número de Origem 01722121 Relator Ricardo de Oliveira Paes Barreto Relator do Acórdão Ricardo de Oliveira Paes Barreto Revisor Órgão Julgador 8ª Câmara Cível Data de Julgamento 4/9/2008 14:00:00 Publicação 171)(grifos acrescidos)*

Destarte, ante as razões acima esposadas, VOTO pelo **não** acolhimento da preliminar.

Recife, 26/01/2010

**DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO**  
Relator



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

**RECURSO DE AGRAVO Nº 196635-6/01**

**AGRAVANTE:** ESTADO DE PERNAMBUCO

**AGRAVADO:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**RELATOR:** DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

**ÓRGÃO JULGADOR:** SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

**2. PRELIMINAR DA OCORRÊNCIA DE JULGAMENTO EXTRA PETITA.**

Não há que se falar no caso concreto em julgamento *extra petita*. Isto porque a lei que regulamenta a Ação Civil Pública, de nº 7347/85, preceitua, em seu artigo 16, que a sentença civil prolatada na Ação Civil Pública fará coisa julgada *erga omnes*, nos limites da competência territorial do órgão prolator. A matéria já foi objeto de julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça, que decidiu nesta mesma linha, conforme se verifica no julgado a seguir transposto:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONTRATOS BANCÁRIOS. SENTENÇA CIVIL. EFEITOS ERGA OMNES. LIMITES. COMPETÊNCIA TERRITORIAL DO ÓRGÃO JULGADOR. PRECEDENTES DO STJ. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA.*

*1. De acordo com a jurisprudência firmada na Corte Especial do STJ, a sentença na ação civil pública faz coisa julgada erga omnes nos limites da competência territorial do órgão prolator, segundo dicção do art. 16 da Lei n. 7.347/85, alterado pela Lei n. 9.494/97.*

*2. Decisão mantida por seus próprios fundamentos.*

*3. Agravo regimental desprovido.*

*(AgRg no REsp 573.868/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 15/10/2009, DJe 26/10/2009)*

Assim, VOTO pelo **não** acolhimento desta preliminar.

Recife, 26/01/2010

DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO  
Relator



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

**RECURSO DE AGRAVO Nº 196635-6/01.**

**AGRAVANTE:** ESTADO DE PERNAMBUCO

**AGRAVADO:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**RELATOR:** DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

**ÓRGÃO JULGADOR:** SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

### **3. PRELIMINARES DE INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA E DE ILEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO.**

Também não merecem prosperar as preliminares de inadequação da via eleita e de ilegitimidade do Ministério Público para a propositura da ação. A jurisprudência do STJ já se manifestou acerca do tema, onde decidiu que a Ação Civil Pública é um meio adequado e que o MP é parte legítima para propor Ação Civil Pública que objetiva a proteção de interesse individual de idoso, conforme jurisprudência abaixo reproduzida:

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - DIREITO INDIVIDUAL INDISPONÍVEL DE PESSOA IDOSA - FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO - LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO.**

1. A Jurisprudência mais recente das Turmas de Direito Público do STJ tem entendido que o Ministério Público tem legitimidade ativa ad causam para propor ação civil pública com o objetivo de proteger interesse individual de idoso, ante o disposto nos artigos 74, 15 e 79 do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03). Precedentes.

2. Embargos de divergência não providos.  
(EREsp 695.665/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 23/04/2008, DJe 12/05/2008)

Desta forma, VOTO pelo **não** acolhimento desta preliminar.

Recife, 26/01/2010

**DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO**  
Relator



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

**RECURSO DE AGRAVO Nº 196635-6/01**

**AGRAVANTE:** ESTADO DE PERNAMBUCO

**AGRAVADO:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**RELATOR:** DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

**ÓRGÃO JULGADOR:** SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

**4. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DE LITISCONSORTES PASSIVOS NECESSÁRIOS E CONSEQUENTE INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUÍZO.**

Da mesma forma, não deve prosperar a alegação do agravante acerca da ausência de citação de litisconsortes passivos necessários e consequente incompetência absoluta do juízo. Isto porque a assistência à saúde é dever do Estado como um todo, de forma que todas as esferas administrativas devem conjugar seus recursos para o seu atendimento. Este Tribunal já manifestou tal entendimento, conforme se verifica em seguida:

*Ementa AGRAVO REGIMENTAL. CONSTITUCIONAL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. PRELIMINARES DE AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DOS LITISCONSORTES PASSIVOS NECESSÁRIOS E INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUÍZO REJEITADAS À UNANIMIDADE. MÉRITO. AGRAVADA PORTADORA DE DIABETE MELLITUS TIPO 1. MEDICAMENTO NÃO PREVISTO EM LISTA OFICIAL. FORNECIMENTO. POSSIBILIDADE. DIREITO À VIDA E À SAÚDE. AGRAVO REGIMENTAL À UNANIMIDADE IMPROVIDO. 1. A Norma Operacional Básica nº 01/96, do SUS, prevê em seu sub-item 6.1, I, a responsabilidade estadual no tocante à prestação de serviços ambulatoriais e hospitalares de alto custo; ao tratamento fora do domicílio e à disponibilidade de medicamentos e insumos especiais, sem prejuízo das competências municipais. 2. A Lei nº 8.080/90, em seu art. 7º, XI, determina a conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na prestação de assistência à saúde da população. 3. Preliminares de ausência de citação dos litisconsortes passivos necessários e incompetência absoluta do juízo rejeitadas à unanimidade. 4. Mérito. 5. Agravada portadora de Diabetes Mellitus Tipo 1 e que não corresponde bem ao tratamento convencional. 6. A exigência de laudo expedido por médico da rede pública de saúde não encontra guarida no nosso Ordenamento Jurídico, haja vista não existir norma determinante quanto ao fato de ser tal documento firmado por médico integrante de Órgão Público. 7. Ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei. 8. É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial. 9. Enunciado nº 18 desta E. Corte de Justiça. 10. Não possuindo a agravada recursos financeiros para adquirir medicamento do qual carece, e*



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

*dada à necessidade de sua utilização, é dever do Estado fornecê-lo gratuitamente, propiciando o tratamento adequado à demandante, vez que é dever do Poder Público, em qualquer de duas esferas, velar pela proteção da saúde dos seus cidadãos, fornecendo-lhe os meios necessários para garantir-lhes melhor qualidade de vida, diminuindo os sofrimentos de que padecem, em atenção aos ditames constitucionais que priorizam a dignidade da pessoa humana. 11. Não restaram malferidos os arts. 109, I, 196 e 198, todos da CF, arts. 47 e 113, § 2º, ambos do CPC, os termos da Portaria nº 2577/2006-GM. 12. Agravo regimental improvido. 13. Decisão unânime.*

*(Agravo Regimental Número do Acórdão 183105-8/01 Comarca Recife Número de Origem 01811058 Relator Ricardo de Oliveira Paes Barreto Relator do Acórdão Ricardo de Oliveira Paes Barreto Revisor Órgão Julgador 2º Grupo de Câmaras Cíveis Data de Julgamento 6/5/2009 09:00:00 Publicação 86) (grifos acrescentados)*

Desta forma, VOTO pelo não acolhimento desta preliminar.

Recife, 26/01/2010

**DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO**  
Relator



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

**RECURSO DE AGRAVO Nº 196635-6/01**

**AGRAVANTE:** ESTADO DE PERNAMBUCO

**AGRAVADO:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**RELATOR:** DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

**ÓRGÃO JULGADOR:** SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

**VOTO**

Trata-se de Recurso de Agravo em face de Decisão Terminativa Monocrática prolatada na Apelação Cível nº 196635-6, que, com fundamento no artigo 557, *caput*, do CPC, negou-lhe seguimento.

Aduziu o Agravante a nulidade da decisão agravada, em face de prevenção do Exmo. Desembargador Fernando Cerqueira Norberto dos Santos, que decidiu o Agravo de Instrumento de nº 171070-9. Ademais, alegou o não cabimento de Decisão Terminativa Monocrática; o julgamento *extra petita* pelo juízo *a quo*; a inadequação da via eleita e a ilegitimidade ativa do Ministério Público.

Nesta esteira, requereu o Agravante o chamamento do feito à ordem para o reconhecimento de nulidade da decisão agravada, ou, em assim não entendendo, pediu a reforma da decisão agravada para que fosse dado seguimento à apelação, com a declaração da extinção do processo sem julgamento do mérito ou julgamento improcedente da apelação. Ao final, em caso do não atendimento de seus pleitos, pugnou pela submissão do presente recurso ao julgamento da Douta Câmara Julgadora.

O presente recurso encontra-se com os requisitos legais e foi interposto tempestivamente.

Passo a analisar.

Constata-se de logo a rediscussão e inconformismo dos fundamentos já avaliados, não se afigurando como fato novo, passíveis de modificação no julgado.

É o que se depreende do acórdão a seguir colacionado:

*Des.* "EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO MONOCRÁTICA TERMINATIVA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO APELO. RECURSO DE AGRAVO. MERA REPETIÇÃO DE ARGUMENTOS DANTES VENTILADOS NA PRIMEIRA PEÇA RECURSAL. PRETENSÃO DE REDISCUTIR OS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. IMPOSSIBILIDADE. ART. 512, CPC. DECISÃO TERMINATIVA PAUTADA EM JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE. AGRAVO LEGAL REJEITADO À UNANIMIDADE DE VOTOS. Uma vez que a decisão monocrática terminativa proferida neste juízo 'ad quem' substituiu, nos termos





Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

*do art. 512, CPC, a sentença emanada naquele juízo de 1º grau, resta naturalmente prejudicado o exame de preliminar voltada à rediscussão da sentença. No mérito, a mera irresignação do recorrente, demonstrada na simples repetição dos termos e fundamentos já constantes em sua peça de apelo, sem qualquer referência a fato novo relevante, não tem o condão de modificar o julgado combatido, inclusive porque referendado pela jurisprudência dominante de nossos Tribunais sobre a matéria, não sendo demais ressaltar, por outro lado, o caráter inusitado e inovador da pretensão meritória formulada neste recurso. Agravo legal que se nega provimento à unanimidade de votos".*

(Recurso de Agravo nº 154179-3/01. Rel. Des. LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO. Órgão Julgador: 7ª Câmara Cível TJPE. Data do Julgamento 27.11.07 Publicação nº 227)

Explicitamente o recurso em tela, não merece acolhimento, eis a latente rediscussão da matéria, inaceitável em sede de recurso de agravo.

Apenas por amor ao debate, volto a expor os termos da decisão terminativa monocrática atacada.

No que se refere à argumentação do não cabimento de Decisão Terminativa Monocrática, não merece prosperar. Isto porque a decisão monocrática amparou-se em jurisprudência dominante do STJ e do TJPE, tendo este Tribunal, inclusive, editado a Súmula 18 acerca do tema.

Atente-se ao disposto nos arts. 196 e 198 da Constituição Federal, bem como no artigo 159 da Constituição Estadual, respectivamente, *in verbis*:

*Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.*

*Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede de recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes. (Parágrafo único modificado para § 1º pela EC nº 29, de 13.09.00).*

*Art. 159. A saúde é direito de todos e dever do Estado, assegurada mediante políticas sociais, econômicas e ambientais, que visem à eliminação de risco de doenças e outros agravos e ao acesso universal e igualitário a ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.*

Ressalto, sobretudo, que o Sistema de Saúde pressupõe uma assistência integral, no plano singular ou coletivo, na conformidade das necessidades de cada paciente, independente da espécie e nível de enfermidade, razão pela qual, comprovada a necessidade do medicamento para a garantia da vida do paciente, entendendo-se vida em seu mais amplo conceito, deverá ele ser



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

fornecido, conforme acentuou o Superior Tribunal de Justiça nas decisões seguintes:

*"RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS. SUS. LEI N. 8.080/90. O v. acórdão proferido pelo egrégio Tribunal a quo decidiu a questão no âmbito infraconstitucional, notadamente à luz da Lei n.8.080, de 19 de setembro de 1990. O Sistema Único de Saúde pressupõe a integralidade da assistência, de forma individual ou coletiva, para atender cada caso em todos os níveis de complexidade, razão pela qual, comprovada a necessidade do medicamento para a garantia da vida da paciente, deverá ser ele fornecido". (STJ - 2ª Turma, REsp. nº 212346, Rel. Min. Franciulli Netto, in DJU de 04.02.2002 ).*

**ADMINISTRATIVO - MOLÉSTIA GRAVE - FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTO - DIREITO À VIDA E À SAÚDE - DEVER DO ESTADO - DIREITO LÍQUIDO E CERTO DO IMPETRANTE.**

1. Esta Corte tem reconhecido que os portadores de moléstias graves, que não tenham disponibilidade financeira para custear o seu tratamento, têm o direito de receber gratuitamente do Estado os medicamentos de comprovada necessidade. Precedentes.

2. O direito à percepção de tais medicamentos decorre de garantias previstas na Constituição Federal, que vela pelo direito à vida (art. 5º, caput) e à saúde (art. 6º), competindo à União, Estados, Distrito Federal e Municípios o seu cuidado (art. 23, II), bem como a organização da seguridade social, garantindo a "universalidade da cobertura e do atendimento" (art. 194, parágrafo único, I).

3. A Carta Magna também dispõe que "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação" (art. 196), sendo que o "atendimento integral" é uma diretriz constitucional das ações e serviços públicos de saúde (art. 198).

4. In casu, não havendo prova documental de que o remédio fornecido gratuitamente pela administração pública tenha a mesma aplicação médica que o prescrito ao impetrante - declarado hipossuficiente -, fica evidenciado o seu direito líquido e certo de receber do Estado o remédio pretendido.

5. Recurso provido.

(STJ - RMS 17425 / MG Ministra ELIANA CALMON - DJ 22.11.2004 p. 293)

Neste Tribunal de Justiça tal entendimento está tão pacificado, que já se encontra materializado na Súmula 18, cujo teor transcrevo abaixo:

**SÚMULA 18 DO TJPE: Enunciado - É DEVER DO ESTADO-MEMBRO FORNECER AO CIDADÃO CARENTE, SEM ÔNUS PARA ESTE,**



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

**MEDICAMENTO ESSENCIAL AO TRATAMENTO DE MOLÉSTIA GRAVE,  
AINDA QUE NÃO PREVISTO EM LISTA OFICIAL.**

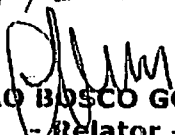
A prescrição do medicamento por médico particular não modifica a obrigatoriedade do Estado do seu fornecimento, pois é presumido que o médico é o profissional capacitado para o ato de prescrever medicamento, de forma que não importa a sua qualidade de profissional da rede pública de saúde ou da rede particular. Os documentos de fls. 25-30 comprovam a necessária prescrição médica dos medicamentos. Colaciono a seguir, jurisprudência deste Tribunal neste sentido:

*Ementa AGRADO REGIMENTAL. CONSTITUCIONAL. MOLÉSTIA GRAVE. PACIENTE GESTANTE. MEDICAMENTO NÃO PREVISTO EM LISTA OFICIAL. FORNECIMENTO. POSSIBILIDADE. DIREITO À VIDA E À SAÚDE. AGRADO REGIMENTAL À UNANIMIDADE IMPROVIDO. 1. É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial. 2. Enunciado nº 18 desta E. Corte de Justiça. 3. Não há se falar em intervenção do togado singular no mérito administrativo da questão posta, vez que sua conduta é direcionada à observância da legalidade, porquanto a saúde é direito garantido pela Carta Magna a todos, conforme proclama o seu art. 196. 4. Não possuindo a agravada recursos financeiros para adquirir medicamento do qual carece, e dada à necessidade de sua utilização, é dever do Estado fornecê-lo gratuitamente, propiciando o tratamento adequado à demandante, vez que é dever do Poder Público, em qualquer de duas esferas, velar pela proteção da saúde dos seus cidadãos, fornecendo-lhe os meios necessários para garantir-lhes melhor qualidade de vida, diminuindo os sofrimentos de que padecem, em atenção aos ditames constitucionais que priorizam a dignidade da pessoa humana. 5. Não restaram malferidos o art. 196 da CF e a Portaria nº 2577/2006-GM. 6. Agrado regimental improvido. 7. Decisão unânime.*

*(Agrado Regimental Número do Acórdão 181046-6/01 Comarca Recife Número de Origem 01810466 Relator Ricardo de Oliveira Paes Barreto Relator do Acórdão Ricardo de Oliveira Paes Barreto Revisor Órgão Julgador 2º Grupo de Câmaras Cíveis Data de Julgamento 25/3/2009 09:00:00 Publicação 69) (grifos acrescidos)*

Posto isso, **VOTO** pelo não provimento do presente recurso de agravo, mantendo incólume à decisão terminativa prolatada nos autos da Apelação Cível nº 196635-6.

Recife, 26/01/2010

  
Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO  
- Relator -